

BOLETIM ADVOCEF



Memória recuperada

50 edições com a história que os advogados fazem

Como se prepara um Congresso da ADVOCEF **3**

Advogados revisam a atuação da CAIXA em juízo **7**

ADVOCEF JurisTantum

Desenvolvimento e insegurança jurídica
Rogério Spanhe da Silva

Impenhorabilidade relativa
Antônio Dilson Pereira



Nós fazemos a história

Ninguém melhor para falar dos erros, acertos, fatos marcantes e anseios por notícias do que os leitores, advogados da CAIXA

Esta edição traz uma marca importante na trajetória de nossa Associação. O veículo informativo que, desde outubro de 2001, acompanha e integra a história da ADVOCEF chega ao seu número 50.

Com uma trajetória iniciada despreziosamente, num tempo em que sequer eram difundidos ou tão acessíveis os meios eletrônicos de informação, o Boletim foi crescendo e marcando os passos e etapas do desenvolvimento não apenas da entidade que o edita, mas de toda a categoria por ela representada.

Ninguém melhor para falar dessa trajetória, dos erros, acertos, fatos marcantes e anseios por notícias do que seus leitores, advogados da CAIXA que recebem regularmente o Boletim em seu local de trabalho.

Por essa razão, a matéria de capa evoca memórias, busca críticas e contribuições de diversos leitores, antigos e novos, a exemplo da participação permanente na composição de suas páginas.

Material essencial na concepção de um órgão informativo, as opiniões, a voz, os reclamos e as insatisfações dos que integram a entidade responsável por sua realização precisam encontrar eco em suas pá-

ginas, espelhando e difundindo suas idéias e concepções.

Essa a motivação essencial à publicação das manifestações trazidas pelos ouvidos e que, aparentemente antagônicas, são na verdade complementares, demonstrando o quão amplos são os desejos e pontos de vista passíveis de inclusão.

Matérias de interesse estritamente corporativo e reivindicatório, ou de natureza técnica e de formação, ou ainda de puro deleite – como são as crônicas e contos publicados eventualmente – externam a linha editorial perseguida pelo Boletim.

Um espaço feito *para* os advogados e *pelos* advogados, em que os destaques são fruto do interesse e da pertinência com os anseios dos representados por sua Associação.

Esta a tônica do trabalho até aqui desenvolvido e que, graças à crescente participação dos leitores, por certo seguirá em sua evolução significativa.

Por tudo isso é que se pode reafirmar, com simultâneo regozijo e compromisso: nós, advogados da CAIXA, somos atores e não meros coadjuvantes de nossa história.

Diretoria Executiva da ADVOCEF



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA | **Presidente:** Altair Rodrigues de Paula (REJUR/Londrina) | **Vice-Presidente:** Silvio do Lago Padilha (REJUR/Belo Horizonte) | **1º Tesoureiro:** José Carlos Pinotti Filho (REJUR/Londrina) | **2º Tesoureiro:** Patrícia Raquel Caires Jost Guadanhim (REJUR/Londrina) | **1º Secretário:** Marisa Alves Dias Menezes (JURIR/São Paulo) | **2º Secretário:** Henrique Chagas (REJUR/Presidente Prudente) | **Diretor Regional Norte:** Liana Cunha Mousinho Coelho (JURIR/Belém) | **Diretor Regional Nordeste:** Maria dos Prazeres de Oliveira (JURIR/Recife) | **Diretor Regional Sudeste:** Sonia Lucia dos Santos Lopes (JURIR/Rio de Janeiro) | **Diretor Regional Centro-Oeste:** Gustavo Adolfo Maia Junior (JURIR/Brasília) | **Diretor Regional Sul:** Mariano Moreira Júnior (JURIR/Florianópolis)

REPRESENTANTES JURÍDICOS 2006/2007 | **JURIR/AJ:** Claudia Teles da Paixão Araújo; **JURIR/BU:** Henrique Chagas; **JURIR/BE:** Renato Lobato de Moraes; **JURIR/BH:** Simone Solange de Castro Rachid; **JURIR/BR:** Luciano Caixeta Amâncio; **JURIR/CP:** Flávia Elisabete de Oliveira Fidalgo Souza Karrer; **JURIR/CG:** Cleonice José da Silva Herculano; **JURIR/CB:** Gustavo Eduardo Reis de Siqueira; **JURIR/CT:** Jayme de Azevedo Lima; **JURIR/FL:** Marcelo Oscar Silva Santos; **JURIR/FO:** Adonias Melo de Cordeiro; **JURIR/GO:** Ivan Sérgio Vaz Porto; **JURIR/JP:** Fábio Romero de Souza Rangel; **JURIR/ME:** Carlos André Canuto de Araújo; **JURIR/MN:** Alcefredo Pereira de Souza; **JURIR/NA:** Carlos Roberto de Araújo; **JURIR/PO:** Jaques Bernardi; **JURIR/PV:** Cláudia Elisa de Medeiros Teixeira; **JURIR/RE:** Paulo Melo de Almeida Barros; **JURIR/RJ:** Leonardo Faustino Lima; **JURIR/SA:** Jair Oliveira Figueredo Mendes; **JURIR/SL:** Samarone José Lima Meireles; **JURIR/SP:** Marisa Alves Dias Menezes; **JURIR/TE:** Renato Cavalcante de Farias; **JURIR/VT:** Rodrigo Sales dos Santos; **DIJUR/GERID:** Edson Pereira da Silva; **GEAJU:** Elisia Souza Xavier; **GETEN:** Frederico Gazolla Rodrigues Rennó; **REJUR/CV:** Roseli Aparecida Bettes; **REJUR/JF:** Josiane Mendes Gomes Dias Pinto; **REJUR/LD:** Daniela Pazinato; **REJUR/MR:** José Irajá de Almeida; **REJUR/NH:** Aline de Lima Riccardi; **REJUR/NT:** Daniel Burkle Ward; **REJUR/PF:** Renato Moreira Dorneles; **REJUR/RP:** Sandro Endrigo de Azevedo Chiaroti; **REJUR/SM:** Clarissa Pires da Costa; **REJUR/SR:** Cleusa Maria de Jesus Arado Venâncio; **REJUR/UB:** Luciola Parreira Vasconcelos; **REJUR/VR:** Aldir Gomes Selles.

CONSELHO DELIBERATIVO | **Membros Efetivos:** Darli Bertazzoni Barbosa (Londrina), Renato Luiz Harmi Hino (Curitiba), Isabella Gomes Machado (Brasília), Luis Fernando Miguel (Porto Alegre) e Bruno Vicente Becker Vanuzzi (Porto Alegre) | **Membros Suplentes:** Luciano Paiva Nogueira (Belo Horizonte), Marcelo Dutra Victor (Belo Horizonte) e Alfredo Ambrosio Neto (Goiânia).

CONSELHO FISCAL | **Membros Efetivos:** Paulo Roberto Soares (Brasília), Rogério Rubim de Miranda Magalhães (Belo Horizonte) e Julio César Hofman (Maceió) | **Membros Suplentes:** Ivan Sérgio Vaz Porto (Goiânia) e Eber Saraiva de Souza (Cuiabá).

CONSELHO EDITORIAL | Altair Rodrigues de Paula e Roberto Maia | **Jornalista responsável:** Mário Goulart Duarte (Reg. Prof. 4662) - E-mail: mggoulart@uol.com.br | **Projeto Gráfico:** Marcelo Torrecillas | **Editoração eletrônica:** José Roberto Vazquez Elmo | **Capa:** Eduardo Furasté | **Ilustrações:** Ronaldo Selistre | **Tiragem:** 1.200 exemplares | **Impressão:** Gráfica Almeida | **Periodicidade:** mensal

Endereço em Brasília/DF: SBS, Quadra 2, Lote 1, BL S, Sala 1205 | Edifício Empire Center | CEP 70070-100 | Fone (61) 3224-3020 | E-mail: advocéf@ipresto.com.br | Secretária: Priscila Christiane da Silva.

Endereço em Londrina/PR: Rua Santa Catarina, 50 / sala 602 | CEP 86.010-470 | Fone (43) 3323-5899 | E-mail: advocéf@advocéf.org.br | Secretárias: Tatiane Stabile Dantas Buzinaro e Ivete Augusta Pereira | Auxiliar Administrativa: Thais Bender.

www.advocéf.org.br | Discagem Gratuita 0800 400 8899

O Boletim da Advocéf é distribuído aos advogados da CAIXA e a entidades associativas.

Por trás dos Congressos

Como são preparados os encontros anuais da ADVOCEF

Três dias de debates, encontros e confraternizações em um Congresso anual da ADVOCEF indicam que muitos meses foram gastos nos preparativos. E muita gente esteve envolvida: Diretorias da entidade, Conselhos Fiscal e Deliberativo, representantes nas unidades jurídicas, delegados eleitos para participarem do evento.

Uma importante frente de trabalho está a cargo da Comissão de Organização local, sempre com muita vontade de mostrar o que há de melhor na sua terra. Esse roteiro é encaixado na programação geral, executado geralmente à noite.

Baseada em Londrina, a equipe de suporte da ADVOCEF faz a sua parte. Auxilia a Comissão, verifica custos, confere uma quantidade incrível de detalhes. É preciso preparar todo o material que será utilizado nas votações. E elaborar o roteiro, que deve prever o que for possível quanto à apresentação, os discursos, as homenagens, a composição da mesa, a pauta de debates, a ata.

A experiência acumulada com os erros e acertos das edições anteriores conta bastante. "O evento segue o formato que já provou funcionar direitinho", diz Patrícia Guadanhim, 2ª secretária da ADVOCEF. A grande tarefa, diz ela, é proporcionar aos congressistas um bom ambiente. "Eles levam procurações dos colegas das unidades jurídicas. Têm, portanto, a responsabilidade de bem representá-los nas discussões."

O evento, no entanto, não se resume às horas de trabalho. Os advogados aproveitam os períodos vagos para confraternizar, rever amigos, fazer novas amizades. Patrícia afirma que isso une os profissionais e até facilita o trabalho na CAIXA. "Eu, por exemplo, recebo e envio peças processuais a muitos desses amigos que fiz em Congressos. Afinal, conhecer os rostos ajuda muito."

O segredo é gostar

Nos últimos anos, ocorre no evento o lançamento da Revista da ADVOCEF. Mais um item na lista de providências.

"Para que a cerimônia tenha o brilho que se espera, é preciso pensar em muitos detalhes prévios", nota Patrícia. Tradução: meses de trabalho. Todos absolutamente recompensados, conforme observação de Altair Rodrigues de Paula, presidente da ADVOCEF: "Nada deve ser poupado para garantir esse espaço onde os advogados da CEF debatem e decidem as questões mais importantes de sua vida profissional".

Cumprida a programação do *antes*, é preciso cuidar para que tudo aconteça direito *durante* o evento, da chegada dos participantes à partida. Precisa atenção o tempo todo, conta Patrícia. "Normalmente, somos os últimos a sair. No Congresso de Belém, eu, o Gilberto (Gemin da Silva, colega da REJUR/Londrina) e a Tatiane (funcionária da ADVOCEF), depois que todos foram embora, ficamos fechando contas, verificando se estava tudo certo." Quem não esteve lá deu suporte de Londrina, como o tesoureiro José Carlos Pinotti e as funcionárias Ivete e Thais.

malmente, somos os últimos a sair. No Congresso de Belém, eu, o Gilberto (Gemin da Silva, colega da REJUR/Londrina) e a Tatiane (funcionária da ADVOCEF), depois que todos foram embora, ficamos fechando contas, verificando se estava tudo certo." Quem não esteve lá deu suporte de Londrina, como o tesoureiro José Carlos Pinotti e as funcionárias Ivete e Thais.



Análise de propostas no Congresso de Belo Horizonte

O negócio é gostar do que se faz, explica Patrícia. "Partindo dessa premissa posso dizer que amo trabalhar e principalmente com esta equipe."

O término do Congresso não significa o fim da missão. "Quando voltamos, há a ata elaborada para revisar e divulgar e muitas, muitas novas providências para decidir."

E é preciso não esquecer que todo o trabalho deve ser encaixado nas horas vagas do expediente da CAIXA.



Altair: espaço garantido para as questões dos advogados



Hora de votação no Congresso de Natal

XIII Congresso será em Maceió

A 13ª edição do Congresso da ADVOCEF acontecerá em Maceió, Alagoas, nos dias 24 a 26 de maio de 2007. A cerimônia de abertura, palestras e demais eventos serão realizados no hotel Salinas do Maragogi, situado na praia de mesmo nome.

A Comissão Organizadora garante condições plenas para o trabalho dos advogados, que encontrarão no local uma logística eficiente para os debates e a oportunidade de conhecer um

pouco do que Alagoas oferece aos seus visitantes.

No item confraternização, a Comissão promete atrações e algumas surpresas. "Será a oportunidade de demonstrarmos aos colegas toda a hospitalidade do povo alagoano", disse André Canuto, um dos organizadores. Com ele trabalham os advogados Julio Cezar Hofman, Alynne Rocha e Everaldo Lyra de Almeida, todos do JURIR/Maceió.

Crítica especial

A opinião dos leitores sobre o informativo da ADVOCEF

Para marcar sua 50ª edição, o Boletim da ADVOCEF foi ouvir o que pensa dele o público leitor que inspira suas matérias desde outubro de 2001 - os advogados da CAIXA. O que gostariam de ler no informativo? Que matérias destacariam, entre as já publicadas?

O advogado José Irajá de Almeida, da REJUR/Maringá, disse que as matérias mais importantes já publicadas estão na edição nº 2, de dez/2001-jan/2002. Elas abordam o acordo em que a CAIXA, finalmente, reconheceu a ADVOCEF como representante dos advogados e iniciou a regulamentação do pagamento de honorários. "Esse acordo foi um marco para a categoria, embora muita coisa ainda precise ser melhorada", lembra. (*Leia no box*)



José Irajá gostaria de ver publicada uma matéria com o título "Advogado da CAIXA, reconhecido e valorizado".

Explica que nela a categoria externaria seu orgulho de trabalhar numa empresa que lhe dá boas condições de trabalho e remuneração compatível. "Utopia?", provoca.

A equipe do JURIR/João Pessoa, conforme o representante Fábio Rangel, ressaltou a reportagem sobre a rotatividade na CAIXA, da edição de março de 2007. Os advogados querem, agora, uma matéria sobre o volume de suas atribuições, em comparação com outras carreiras da advocacia pública. Pleiteiam também a publicação de artigos na área do Processo Civil.

É o tipo de matéria preferencial do pessoal do JURIR/Campo Grande, que aponta a que foi publicada no *Juris Tantum* de janeiro de 2007, sobre as mudanças no CPC. A representante da unidade, Cleonice José da Silva, diz que seria interessante também encontrar no Boletim uma condensação das decisões favoráveis obtidas pelos advogados. Os textos poderiam chamar a atenção "para alguma estratégia ou argumento novo, capaz de mudar o entendimento e fazer alguma virada nas decisões". Ela pensa que o Boletim pode se tornar um guia atualizado para auxiliar nas demandas.

DEPOIMENTO

Edição histórica

José Irajá de Almeida (*)

"Estamos construindo a história de nossa Associação, vinculada à história de nossas vidas e ao crescimento geral, na prática da democracia." Essa frase marca o editorial do Boletim da ADVOCEF nº 2, edição, na minha opinião, histórica.

Vivíamos uma época angustiante e incerta. Nossos direitos não estavam sendo respeitados. Os honorários, que deveriam representar uma conquista, até então estavam sendo vistos pela Administração como uma "vantagem" exclusiva dos advogados e deveria ser combatida.

Apesar de todos os obstáculos, "a categoria venceu", como anuncia a matéria de capa daquela edição. O acordo celebrado entre a CAIXA e a

ADVOCEF, assinado em novembro de 2001, pôs fim à ação de cumprimento movida pela entidade e definiu vários parâmetros no tratamento dado aos advogados pela Empresa e - principalmente - foi a ADVOCEF oficialmente reconhecida como legítima representante da categoria.

Assim, sem dúvida, a edição nº 2 do Boletim é uma das mais importantes já publicadas e merece ser guardada como um marco na história da ADVOCEF.

(*) Advogado da CAIXA em Maringá/PR.



Fábio: comparação com outras carreiras

Gustavo Siqueira, representante da ADVOCEF no JURIR/Cuiabá, acha que as matérias mais importantes são as que tratam da questão salarial, motivo da evasão de profissionais da CAIXA. Ele espera comemorar brevemente com os colegas matéria com este título: "CAIXA resolve questão salarial de seus advogados, inclusive a remuneração devida pela prestação de serviços à EMGEA".

Boletim da DIJUR

Diogo Fernelos de Lyra, do JURIR/Recife, critica a linha editorial do Boletim, que "deveria ser mais independente, tendo em vista que é da nossa Associação". Ele diz que às vezes o Boletim parece um veículo da administração da CAIXA e não de uma categoria diferenciada dentro da empresa. "Resalto que a intenção não é de incitar movimentos contra a administração, mas de recolocar nos devidos trilhos nosso veículo informativo."

Jayne Lima, representante da Associação em Curitiba, é contundente: "Aqui no Jurídico o apelido do Boletim ultimamente é 'Boletim da DIJUR', tamanho o nosso desapontamento com o rumo tomado pela ADVOCEF, em especial por não termos lutado, feito greve, nos posicionado com veemência contra o PCS apresentado, que nos tornou todos 'farinha do mesmo saco'".

Jayne diz que as matérias que tratam de temas jurídicos são interessantes, "mas as dedicadas à classe talvez precisem de uma outra visão". Acrescenta: "É preciso que o Conselho Editorial tome partido em defesa intransigente dos advogados da CEF, em especial contra os desmandos da administração e a forma como o profissional do Direito é tratado nesta e na última administração".

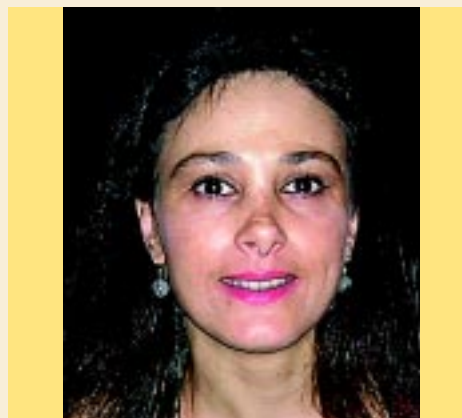
Ele sonha com esta manchete: "CAIXA resolve as pendengas com os advogados, a classe passou a ser respeitada e os salários estão compatíveis com a advocacia pública do país".

André Justi, do JURIR/Fortaleza, comenta que o Boletim "deu uma melhorada no último ano, após as incessantes reclamações de que havia uma divulgação maior das vitórias do Jurídico da CAIXA do que, propriamente, das matérias de interesse da categoria".

André sugere a criação de uma coluna que informe periodicamente "o que tem sido feito para impulsionar estes feitos 'relevantes'". Dá o exemplo da ação dos honorários da EMGEA, a do Parque do Povo "e outras que só são comentadas em época de Congresso".

Indicativo da insatisfação

Marisa Menezes, 1ª secretária da ADVOCEF e representante no JURIR/São Paulo, assinala as duas últimas edições. Na edição de março, distingue a reportagem "Fora da CAIXA", que "explicita a realidade que todos conhecemos (e a CAIXA também), mas que acaba ficando velada". Ela considera que o espaço criado para divulgar as movimentações dos advogados, como



Marisa: matéria mostra realidade velada

indicativo do nível de insatisfação da categoria, será de grande valia nas negociações com a Diretoria Jurídica.

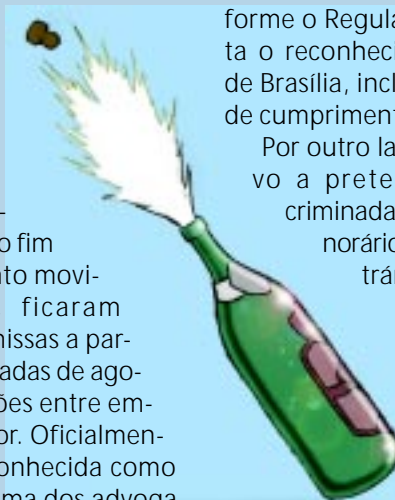
Na matéria "O primeiro passo", de fevereiro, Marisa lembra que a maior parte das opiniões revela a decepção dos empregados diante da postura adotada pela CAIXA, que incluiu a renúncia de direitos como requisito para adesão ao novo PCS. "Apesar da flexibilização do requisito pós-graduação para promoção, não podemos nos esquecer que tal fato não é inédito, pois já havia sido adotado em dezembro de 2003... Além disso, devemos lembrar que, havendo ou não havendo pós-graduação, a expectativa de crescimento profissional na CAIXA é praticamente inexistente."

Para Marisa, o plano de carreira não oferece qualquer estímulo para o aprimoramento profissional de advogados e empregados em geral. Explica: "Não há qualquer distinção salarial, funcional, hierárquica ou de atribuições que contemple os tantos especialistas, os mestres e os doutores que compõem o quadro de pessoal".

A advogada encaminhou várias pautas ao jornal, entre elas uma sobre as atribuições delegadas à CAIXA pelo governo e outra sobre os erros processuais das varas e secretarias judiciais. Propõe ainda duas investigações: "Há uso político da CAIXA?" e "Todos têm as mesmas oportunidades na empresa?"

A categoria venceu

"O acordo entre a CAIXA e a ADVOCEF, afinal assinado em novembro de 2001, representou, em última análise, uma vitória do diálogo. Pondo fim à ação de cumprimento movida pela Entidade, ficaram estabelecidas as premissas a partir das quais serão tratadas de agora em diante as relações entre empregado e empregador. Oficialmente, a ADVOCEF é reconhecida como a representante legítima dos advogados da CAIXA, como administradora do fundo comum de honorários, con-



forme o Regulamento. A decisão acata o reconhecimento judicial do TRT de Brasília, incluído nos autos da ação de cumprimento.

Por outro lado, acabou em definitivo a pretendida isenção indiscriminada para pagamento de honorários advocatícios. Pelo contrário, os pagamentos estão garantidos e já têm indicados os seus patamares mínimos de incidência. A decisão vale também para as ações de execução fiscal promovidas pelos advogados da CAIXA."

(Boletim nº 2, dez/2001-jan/2002)

ADVOCEF, JURÍDICO DIGITAL

Software livre

1 A CAIXA economizou R\$ 60 milhões por ter optado pelo software livre desde 2003. Seu programa que une apostas lotéricas e serviços bancários virou atração internacional, especialmente devido à segurança contra fraudes. "Chile, Panamá, República Dominicana, Israel e Índia já vieram nos visitar para conhecer o sistema", declarou a vice-presidente de tecnologia, Clarice Coppetti, à Agência Brasil. A CAIXA montou stand no Fórum Internacional Software Livre, realizado em Porto Alegre, entre 12 e 14 de abril.



Clarice Coppetti

2 A CAIXA estuda iniciar em dezembro de 2007 a migração dos terminais de auto-atendimento da plataforma Windows NT para sistemas operacionais de código aberto. Segundo o site Computerworld, o projeto deve começar pelas salas de auto-atendimento, economizando só aí 16 mil licenças Microsoft.

Confronto judicial

Dados de pesquisa apresentada pela presidente do STF, Ellen Gracie:

1) 70% do tempo gasto na tramitação de um processo correspondem à repetição de juntadas, carimbos, certidões e movimentações físicas dos autos;
2) o andamento do processo eletrônico é cinco vezes mais rápido do que o do processo de papel.

Internet X agências

Percentuais de uso da internet nas transações bancárias do Brasil: em 2006, 18%; em 2005, 16,6%; em 2000, 3,7%.

Em contrapartida a esse avanço, houve a retração das transações nas agências, que caíram de 20,4% em 2000 para 10,6% em 2005. Os números foram divulgados pela Febraban.

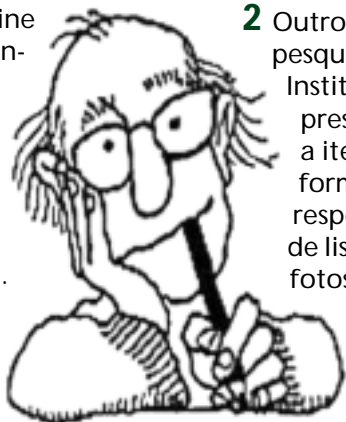


Registro de imóveis

Empresários da construção civil pediram ao presidente Lula a adoção de um registro eletrônico de imóveis no país, para diminuir a burocracia e agilizar as transações no setor. Funcionaria como no registro de automóveis. Segundo o Comitê Tecnológico da Habitação, hoje a verificação dos imóveis com certidões leva 120 dias, enquanto um carro é liberado em 24 horas.

Leitores on e off

1 Leitores online lêem 77% do conteúdo que escolhem para ler, enquanto usuários de jornais impressos lêem em média 62%. A descoberta, em pesquisa feita pelo Poynter Institute, escola



de jornalismo da Flórida (EUA), derruba o mito de que os leitores de internet têm menos tempo de atenção.

2 Outros dados da pesquisa do Poynter Institute: as pessoas prestam mais atenção a itens escritos em forma de pergunta e resposta ou no formato de listas; preferem fotos noticiosas em vez de imagens posadas; prestam mais atenção a formatos alternativos de

matérias do que em reportagens publicadas de maneira tradicional. (Fonte: Coletiva.net)

Processo quase pronto

Desde 31 de março, todas as varas de Juizados Especiais Federais da 4ª Região utilizam o processo eletrônico. Exceção para as ações em tramitação nos JEFs Criminais Adjuntos, em que há dificuldades técnicas. Neste caso, um projeto piloto deve adequar o sistema até 30 de maio.

Para ser virtual

A advogada Iliane Pagliarini acredita que para acompanhar o processo virtual a CAIXA terá que equipar seus Jurídicos com mais computadores, scanners, uma rede com velocidade compatível. Além disso, segundo ela, deve haver "uma conscientização de que todo o processo pode ser efetivamente trabalhado de forma virtual: recebimento das citações/intimações, solicitações de subsídios às áreas e, principalmente, que as áreas demandadas a prestar subsídios o façam pelo processo eletrônico, o que não vem ocorrendo no momento".

A CAIXA em juízo

Advogados revisam a atuação em Feitos Diversos e JEFs

A atuação da CAIXA em juízo em todo o país foi passada a limpo na primeira reunião conjunta da Comissão Temática Nacional de Feitos Diversos e dos Juizados Especiais Federais, realizada em Brasília, nos dias 19 a 23 de março de 2007. Com a presença de advogados de várias regiões do Brasil, o encontro serviu para a elaboração de peças processuais e revisão de estratégias e teses de defesa. Ao final, as boas sugestões e práticas trocadas entre as unidades vão aperfeiçoar o trabalho dos profissionais e complementar os manuais normativos da CAIXA.

É uma iniciativa de integração adequada e enriquecedora, define a advogada Carla Beatriz Hamú Silva, da GETEN. "O encontro foi fundamental para identificar os problemas que cada Jurídico enfrenta, bem como para divulgar novas diretrizes, que possam vir a contribuir para melhorar a postura da CAIXA frente ao Judiciário." Ela gostou de ver o empenho dos colegas em desenvolver uma advocacia mais ativa.

Entre os principais assuntos discutidos, segundo a advogada Iliane Pagliarini, do JURIR/Manaus, constavam poupança, crédito educativo, danos morais, juros progressivos, levantamento de PIS. Foram destacadas as ações em que os clientes contestam os saques por cartão magnético, despesas efetuadas com cartão de crédito e a demora no atendimento. Na pauta, também, as dificuldades na obtenção de subsídios para defesa da CAIXA junto às agências, que nem sempre são abrangentes ou ágeis o suficiente.

Eduardo Vianna, do JURIR/Rio de Janeiro, destaca o debate sobre a política de acordos. "Em primeiro lugar, constatou-se que em alguns Jurídicos os advogados possuem autorização genérica para realizar acordos, enquanto que em outros a autorização é mais burocrática, fazendo com que a Comissão sugerisse a adoção da autorização genérica, nos moldes do que já vem ocorrendo nos Jurídicos de Natal e Rio de Janeiro, por exemplo."

Atuação constante

Outro aspecto importante, segundo Eduardo, foi a constatação de que há a necessidade de treinamento em técnicas de negociação para melhorar o resultado em audiências de conciliação.

Uma das boas práticas destacadas no encontro veio do JURIR/Manaus, que

implementou um arquivo digital em que os dossiês - e todo o processo - são virtuais, eliminando a impressão de documentos. "Isso é importante para os Jurídicos que não possuem uma rede com alta velocidade, pois inviabilizaria o trabalho do advogado ter que acessar os dados do processo no site do Tribunal Regional Federal respectivo", relata Iliane Pagliarini. "Assim, o advogado acessa o dossiê virtual e pode dar continuidade aos trabalhos, inteirando-se do que aconteceu até então no processo."



Participantes do encontro em Brasília (de baixo para cima, da esq. para a dir.): Estanislaw Luciano de Oliveira (de terno) e Carla Beatriz Hamú Silva, da GETEN; Rogerio Alves Dias, do JURIR/SL; Eduardo Araujo Vianna, do JURIR/RJ; Iliane Rosa Pagliarini, do JURIR/MN (de preto); Maria Angélica Silva de Souza Maia, da GETEN; Mauro Sanábio Silva Pereira, do JURIR/BH (de camiseta); Gerson Schwab, do JURIR/CT (de camisa vermelha); Euller Sarmento Barroso de Azevedo, do JURIR/ME (de camisa amarela); Eladir Montenegro de O. Couto, do JURIR/VT; Myerson Leandro da Costa, do JURIR/NA (de camisa branca) e Gustavo Anderson Ferreira de Barros, do JURIR/RE (de camisa azul).

Peças e teses

Confira algumas peças e teses processuais produzidas e revisadas no encontro, todas disponíveis no SIDAP:

Contestações:

- Caixa Seguros - Ilegitimidade da CEF
- Cheque Especial sem movimentação - Danos morais
- Contrato de consignação - Ausência de repasse
- Danos morais por espera em fila
- Furto de objeto de cliente em agência
- Poupança - Índices expurgados
- Saque com cartão e senha do titular
- SFH - Ofício de quitação - Multiplicidade - Danos morais
- Condomínio - Arrematação-Adjudicação - Aquisição originária

Recurso Inominado:

- Danos morais por espera em fila



Memória corporativa

Breve história contada por quem estava lá

"Um problema a menos", anunciava o primeiro editorial do Boletim da ADVOCEF, lançado no bimestre outubro/novembro de 2001. O texto referia-se à dificuldade que era "a ausência de um instrumento de comunicação efetivo, para atuar como elo" entre os advogados da CAIXA.

O Boletim surgia para preencher a falta do primeiro veículo, o Jornal da ADVOCEF, que, criado em 1993, circulou, com algumas interrupções, até julho de 1998.

Em suas 50 edições, o Boletim da ADVOCEF ouviu muitos associados – e também profissionais de fora da empresa –, a respeito de todos os assuntos ligados à sua atividade.

Muitos dos problemas mencionados naquela primeira edição já foram superados pela categoria. Com os profissionais, o Boletim da ADVOCEF vem contribuindo para, na medida do possível, divulgar cada vez mais problemas a menos.

A seguir, uma amostra desse registro.



junto multifacetado de vontades e ansiedades.

Ele só existe e acontece porque nós, advogados e Associação, existimos e o queremos. (...)

E as pessoas, sem trocar e sem ansiar por melhores dias, perderiam a razão de existir.

Um congresso é feito por todos, para todos e com todos. (...)

E participantes não são apenas os que fisicamente estejam presentes, mas todos os que, de alguma forma, canalizam à concretização do evento um pouco de si."

Do editorial "Para que servem os congressos", Boletim especial, set/2002.

"Freqüentemente o advogado da CAIXA defende a empresa em ações patrocinadas pelos melhores escritórios de advocacia do país e não deixa nada a desejar. E estamos falando de ações que comumente superam a casa dos milhões de reais."

Jailton Zanon, da GETEN. Boletim 12, jun-jul/2003.



"Como advogado, fiz da CAIXA a minha opção profissional de vida, quando, na época apropriada, poderia, também, tentar fazê-la pela ma-

gistratura ou pelo Ministério Público. É que, naqueles velhos tempos, peço permissão para dizer, o advogado da CAIXA percebia remuneração equivalente com as referidas categorias profissionais, não necessitando percorrer o interior do Estado para eventual promoção. E, com o salário da CAIXA, na época, pude educar e ter a felicidade de formar em cursos superiores os meus seis filhos."

Mauro Farias Ramos (JURIR/ Florianópolis), ao ser homenageado pelo presidente Jorge Mattoso. Boletim 15, dez 2003/jan 2004.

"O número de processos que tramitam na Justiça Federal envolvendo a CEF é recorde e por conta disso os advogados, em geral, são bons processualistas."



Luiz Francisco Fernandes de Souza, procurador do MPF. Boletim 25, mar/2005.

"É uma área [a jurídica] que tem apresentado resultados muito positivos."

Jorge Mattoso, presidente da Caixa, em entrevista à TV Justiça, no programa "Justiça para todos". Boletim 25, mar/2005.

"Quando uma instituição, pública ou privada, busca respaldo técnico-jurídico à contratação de suas operações, como premissa de regularidade e de legalidade formal de seus atos, certamente está praticando a melhor administração.

Quando esta mesma instituição dá as costas ao seu órgão técnico, deixando de respaldar o seu procurador judicial na defesa dos interesses em litígio, está pondo em risco estes mesmos princípios de administração.

O advogado, ainda que o quisesse, não possui prerrogativas de mágico ou de senhor da verdade e dos fatos. Sem o apoio, a intervenção, a notícia, a atenção dos protagonistas dos fatos, está fadado a ser apenas mais um participante de uma infeliz história de insucesso empresarial."

Do editorial "O advogado, a mágica e a prova". Boletim 05, jun-jul/2002.

"O congresso representa um momento quase mágico, coberto por expectativas e resultado de um con-

"De tudo o que vivenciei no julgamento do processo, considero que é de suma importância para o sucesso de uma demanda o trabalho em equipe, as audiências com os magistrados e assessores, a apresentação de memoriais e ainda a sustentação oral."

Mario Machado, da GETEN, sobre a vitória da CAIXA no RE 418.918/RJ. Boletim 25, abr/2005.

"Não se pode pretender 'praticar, e ser reconhecida como a melhor advocacia pública do Brasil', recebendo os piores salários dentre as carreiras jurídicas existentes e com uma carga desumana de trabalho."

Mariano Moreira Junior, do JURIR/Florianópolis. Boletim 35, jan/2006.

"Tivemos aumentos consideráveis no decorrer dos últimos anos, mas não os que interessam à categoria. Nossa carga horária passou de 6h para 8h e o número dos feitos judiciais ultrapassou há muito a barreira de um milhão de processos."

Angelo Ricardo Alves da Rocha, do JURIR/Vitória. Boletim 36, fev/2006.

"Usamos a tarja preta, sim! Porque não a g u e n t a m o s mais ser tratados como carta fora do baralho e, quando a coisa aperta, correm atrás dos advogados dizendo que a instituição está em perigo."



Jayme de Azevedo Lima, do JURIR/Curitiba. Boletim 39, mai/2006.

"Afinal, só aparecemos quando algo não deu certo."

Maria Luísa Claudino Rodrigues, do JURIR/Porto Alegre, observando que nem sempre os advogados são considerados prioritários. Boletim 40, jun/2006.

"Acredito que trabalhar no serviço público, tal como ser padre, pastor ou professor, é um dom e uma opção de vida.

No entanto, tenho encontrado dificuldades para chegar ao fim do mês, ainda que recebamos no dia 20. Tenho problemas de crédito, insônia, e oro todos os dias para que a direção da CAIXA volte seus olhos para nossa classe e enxergue o quanto valem os."

"Um advogado da CAIXA", anônimo. Boletim 40, jun/2006.



"O caráter estratégico das atribuições dos advogados é sempre invocado quando se trata de justificar as jornadas estafantes, com sobrecarga de tarefas e responsabilidades, e para pressioná-los a se abster de seus direitos (como o de ingresso em juízo). Mas esse mesmo caráter estratégico é solenemente ignorado no momento de conferir aos advogados a justa retribuição por seu desempenho."

Altair Rodrigues de Paula, presidente da ADVOCEF. Boletim 40, jun/2006.

"Gostaria muito de ver como qualquer outro advogado, público ou privado, daria conta de 80, 100 prazos por dia, como chegam a fazer nossos advogados."

Fabiano Jantalia, ex-GETEN, atualmente no Banco Central. Boletim 41, jul/2006.

"O exercício da advocacia na CAIXA é bastante amplo e gratificante, especialmente para aqueles verdadeiramente vocacionados para o Direito. Entretanto, como tudo na vida, possui suas vicissitudes."

Antonio Carlos Ferreira, diretor jurídico. Boletim 42, ago/2006.

"A nossa categoria ainda tem alguma dificuldade em estabelecer um foco e traçar planos de ação objetivos e eficazes. Disso resulta a nossa paralisia."

Aline de Lima Riccardi, da REJUR/Novo Hamburgo. Boletim 43, set/2006.

"A única alternativa compatível com o Direito é o respeito à jornada de trabalho de quatro horas, salvo ajuste em que a vontade livre dos advogados empregados seja respeitada e com a compensação devida."

José Cláudio Monteiro de Brito Filho, procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região. Boletim 43, set/2006.

"A idéia que tenho, por exemplo, é que o conceito do corpo jurídico da CAIXA, como sendo um dos melhores da advocacia pública do país, parece mais difundido externamente (por exemplo, entre o Judiciário, Ministério Público e demais carreiras) do que no seio da própria empresa."

Antonio Kehdi Neto, da REJUR/Ribeirão Preto. Boletim 43, set/2006.



"Em vários congressos temos percebido essa crise existencial que nos aflige. Somos advogados de empresa pública? Somos advogados públicos? Somos advogados de banco? Somos os três ou nenhum dos três?"

Reginaldo Pereira Silva, do JURIR/Brasília. Boletim 43, set/2006.

"A decepção que senti quando a CAIXA ofereceu o novo plano para as carreiras técnicas foi decisiva para a minha saída da empresa."

Simone Klitzke, ex JURIR/Porto Alegre, atual procuradora da Fazenda Nacional em Porto Velho. Boletim 49, mar/2007.

"[Faltou] uma mudança de postura da empresa para ver uma categoria diferenciada, desvinculando dos parâmetros dos bancários e levando em consideração o segmento do mercado com o qual devemos ser comparados, que é a advocacia pública."

Cleonice José da Silva Herculano, do JURIR/Campo Grande, sobre a negociação salarial. Boletim 48, fev/2007.



ADVOCEF, CENA JURÍDICA

Escritor no STF

Novo romancista na praça: Eros Grau, ministro do STF. Seu livro de estréia, "Triângulo no ponto", editado pela Nova Fronteira, já está nas livrarias.

Correção

A advogada Virginia Barbosa Leal, que se aposentou em janeiro de 2007, trabalhava no JURIR/Recife e não no JURIR/Porto Alegre, como constou na edição passada (matéria "Fora da CAIXA").

Mensagem à presidente

A ADVOCEF enviou cumprimentos a Maria Fernanda Ramos Coelho, por sua permanência na presidência



Foto: Antônio Cruz/ABR

da CAIXA. "Desejamos sucesso na condução dos destinos desta empresa, com a certeza de que nada supera o conhecimento e a experiência de quem vive a realidade brasileira sob o olhar de um trabalhador da CAIXA", diz a mensagem, assinada pelo presidente Altair Rodrigues de Paula.

Sem exame



O exame da OAB "é uma excrescência e precisa ser abolida do ordenamento jurídico do país", discursou o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), na tribuna. Ele é autor de um projeto que estabelece o fim da prova, pois entende que ela não avalia a aptidão do bacharel para a profissão, apenas testa sua capacidade de memorização. Para ele, uma pessoa torna-se um bom advogado acumulando conhecimento, na faculdade e no trabalho. (Fonte: Espaço Vital.)

O advogado, por Approbato

1 "Nunca vi advogado dedicado, estudioso, que tenha naufragado, desde que saiba se comunicar. Não adianta lamentar as crises. Nós, advogados, é que administramos as crises, compomos a lide para eliminar a crise: seja familiar, social, da segurança.

Se não houvesse crise e todos cumprissem estritamente as leis, se o relacionamento entre as pessoas fosse obedecido, não precisaríamos de Justiça, nem de advogado."



Desenho de Spacca

2 "Nós advogados, como os padres e os pastores, não defendemos o pecado, defendemos o pecador. Quer dizer, nós não somos partícipes do pecado, mas nós queremos que aquele que pecou tenha uma sentença justa. Para ter uma sentença justa, você tem que descer a todos os pormenores do pecado cometido, para saber o grau desse pecado, as razões do pecado, as eventuais atenuantes que possam dizer por que é que pecou. É essa a imagem que a sociedade deve ter do advogado."

Rubens Approbato Machado, ex-presidente do Conselho Federal da OAB, atual presidente do Superior Tribunal de Justiça Desportiva e diretor da Escola Superior de Advocacia em São Paulo, em entrevista à Consultor Jurídico.

Conciliação ao vivo

O público presente no Seminário sobre Técnicas de Conciliação, em 22 e 23 de março, no TRF da 4ª

Região, em Porto Alegre, pôde acompanhar diversas audiências realizadas entre mutuários do SFH e a CAIXA, através de seus advogados. Durante duas horas e meia, os juízes federais Carla Hendges, Daniela Pertile e Jurandi

Pinheiro atuaram como conciliadores entre as partes, apresentando um exemplo concreto do tema debatido no evento.

Bate-papo na OAB

O advogado da CAIXA Henrique Chagas compõe a Comissão para Eventos Culturais da OAB/São Paulo

- 29ª Subseção, de Presidente Prudente. Em 22 de março, Henrique promoveu o primeiro "Bate-papo filosófico-cultural", dos muitos que planeja na instituição. "Conto com o apoio dos amigos que sempre me apoiaram nos meus verdejantes trigais", disse, referindo-se ao site Verdes Trigos.

Alegação de defesa

No Brasil há 181 mil leis, mas ninguém sabe ao certo quantas delas já foram revogadas. Diante disso, segundo a revista Isto É, as pessoas se tornam incapazes de resistir a um princípio básico do Direito: ninguém pode alegar em sua defesa o desconhecimento da lei. "No Brasil, acontece o oposto. Ninguém pode dizer que conhece completamente as leis", comenta o deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), que preside um grupo que vai eliminar as leis em excesso.

O assobiador

Jayme de Azevedo Lima (*)

A caminhonete era do estilo Marta Rocha, que fez sucesso no Brasil, nos anos 50. Seu indefectível chapéu panamá branco era o primeiro destaque para quem de longe olhava e já reconhecia o delegado em patrulha, pelas ruas da pequena aldeia.

Usava calça tipo bombacha, bota comando, camisa parcialmente aberta no peito para fazer frente ao calor diário e a arma na cintura. Era grande, cabelos escuros escondidos no chapéu, olhos escuros. Parecia um buldogue com as dobras das bochechas preenchendo os cantos da boca e, sobretudo quando nervoso, era... gago.

Fazendeiro, muitos filhos e filhas bonitas, um coração enorme e uma maneira peculiar de fazer justiça. Certa vez, o governador do Estado, Moysés Lupion, veio até a pequena Ribeirão, acompanhado de seu séquito, inclusive o chefe da Casa Militar. Neste dia ocupou a praça principal para fazer um discurso e toda a aldeia estava presente. Mas, ao dizer inverdades, fez com que a professora e líder do PTB local se enchesse de brios. A duas quadras abaixo da praça funcionava a sede do PTB, com alto falante e demais equipamentos, cuidados pelo Baca, o gerente do Comitê.

Com bronca dos pessedistas, a professora pediu ao Baca que ligasse os microfones e desandou a falar, chamando a atenção da população que de imediato abandonou o governador e veio rua abaixo para ouvir a mestra e sua indignação eloqüente. O governador, ao se sentir desprestigiado, mandou o chefe da Casa Militar descer até o pequeno Comitê e prender "aquela mulher". Mas, ao dar voz de prisão, um vozeirão gago interrompeu o oficial. A arma brilhou na mão do delegado e ele tartamudeou:

- Fa-fa-fala pro-pro-fe-fe-ssora... que, que, que e-e-e-uuu eu ga-ga garan... garanto!

- Obrigada, delegado!

E ela seguiu adiante com o povo aplaudindo e dando tapinhas nas costas do delegado, enquanto o oficial voltava rapidinho pro coreto da praça.

- De-de-democra-cra-cia éééé iisstto!
- dizia ele.

Assim era a política na pequena Ribeirão. Acredito que o governador nunca mais voltou para aquelas paragens. Mas, voltando ao delegado. Salvadozão, era esse o seu nome, que impunha respeito na molecada, prendia os bêbados, cuidava da cidade, que durante muito tempo, como comarca, nunca precisou de delegado de carreira. O Salvadozão bastava.



Certa vez, em sua patrulha noturna, passou pela zona, para dar uma olhada, bebericar uma cerveja. Afinal ninguém é sempre de ferro e as putas faziam parte da população, prestavam serviços necessários à cidade, e ele procurava dar proteção a todas. Eram casas na beira do Ribeirão em um pequeno vale que atravessava a cidade, com luzes amarelas, ou vermelhas, certamente para esconder as faces das mulheres da vida doloridas pelo tempo, amarfanhadas pelo uso. Servia para destacar o batom, esconder as cicatrizes que, junto com as dores dos tempos, ocupavam espaços nos corpos. E lá estava o velho Salvadozão, chegando para a sua olhadinha, quando, naquele ambi-

ente escurecido pela fumaça de cigarros e fogões à lenha, uma voz se fez ouvir.

- O cidadão, nesta casa não tem rádio, dá pro vivente assobiar para que eu possa dançar com esta dama que está ao meu lado?

- Ma-ma-mas!

- Não tem mais nem menos!

E apontou o revolver cano 45 para o corpanzil do delegado.

Era um viajante, boiadeiro, um passante que não sabia de quem se tratava.

A mulher, assustada, não dizia uma palavra.

Assim, o delegado, gago, com dificuldade começou a assobiar a única música que sabia, e o fez por um largo tempo. Não podia parar que o canhão era apontado em sua direção. Ele assobiou tanto que suas bochechas incharam, seus lábios secaram, até que o passante encharcado de cachaça parou de dançar, virou-se para a porta e saiu cambaleante em direção aos cafezais da Monte Claro, a maior fazenda da região.

O delegado tomou água, enxaguou a boca, para poder salivar, e, sem uma palavra, deixou o local. Eram cerca de duas horas de uma manhã de terça-feira.

O silêncio da noite, um cachorro velho latindo ao longe, o som dos passos nos corredores dos cafezais da Monte Claro... Dois pipocos, o som seco do 38 ecoou e se perdeu entre os ventos que ajudavam a umidade a florir o cafezal. O velho delegado voltou, sentou em sua caminhonete de porta aberta, recarregou o tambor com dois cartuchos, levantou o chapéu, limpou o suor que invadia seu rosto, baixou a cabeça como se pedisse perdão a Deus, fechou a porta e foi dormir o sono dos justos. Do vivente, certamente agora "mortente", nunca mais se ouviu falar.

Parte é lenda e parte é verdade, no final são apenas estórias de meu Ribeirão dos sonhos, memórias de minha infância.

(*) Advogado da CAIXA em Curitiba/PR.

Como fazer bodas de ouro

Leopoldo Viana Batista Júnior (*)

Engraçado falar sobre a rede e a cama. Excluindo algumas semelhanças, como servirem para o descanso do guerreiro e a perpetuação da espécie, o que teriam em comum a cama e a rede?

É bem verdade que a cama, como nós a conhecemos, fora trazida pelos primeiros europeus que aqui aportaram e servia, basicamente, além do óbvio destino aos rangidos e sacolejos, à demonstração de certo poder social entre eles. E quanto mais torneadas, envernizadas, desenhadas e pesadas, maior a importância dos seus usuários. Ah! Ainda hoje isso continua muito parecido.

Já a rede demonstra característica pa-chorrenta, preguiçosa, paciente, quem sabe por causa da sua forma elíptica, ou seja, ela é um dos símbolos da preguiça ou mesmo do eterno descansar. Quem não liga imediatamente o mestre Dorival Caymmi ao seu objeto preferido depois do violão?

Por outra banda, tanto a cama quanto a rede nasceram de simples observações à natureza, pois sim. Quantos e tantos viventes prepararam seus aconchegos, seus verdadeiros refúgios, para estarem em grande parte dos seus tempos ociosos?

Da mesma forma, a criação da rede pelos nossos ancestrais nativos deriva certamente da observação por eles aos

nossos mais nobres parentes, os animais irracionais, quando tecem suas ferramentas para o resguardo ou mesmo para a sesta, desde a complexa teia de fios de seda por uma aranha à simplicidade das folhas de fruteiras entrelaçadas por um dos muitos trepadores arborícolas brasileiros.

nio, o motivo se encontrava escancarado à frente de todos: os velinhos dormiam separados, no mesmo quarto: ela, na cama, toda dona; ele, enviesado, em aparentemente saborosa e bem encurvada rede de algodão colorida de punhos fortes que permitiam o balançar nas noites mais calorentas.

Assim, ficava bem evidente que o segredo daquele relacionamento de prole larga - que perdurou até suas respectivas mortes - foi, na verdade, uma herança ancestral indígena bem evidente, a rede: à noite, nada de empurrões involuntários, disputas por lençóis, sopapos desavisados, roncões no ouvido, pesadelos mal contados, quem sabe enfezados gases ou mesmo algumas babugens, predicados negativos que decerto somente colaborariam para expulsar até os mais vigorosos amores.

Pois bem, concluo, empiricamente, que dois elementos com desenhos tão diferentes, a cama e a rede, se usados corretamente, ajudam de forma significativa à tolerância e persistência da vida em comum, conseqüentemente, se não pioram, aumentam decerto o nível de bem-querer dos companheiros, especialmente por estas plagas amatutadas.

(*) *Advogado da CAIXA em João Pessoa/PB.*



Mas, quase ia me desviando realmente do motivo destes rabiscos. Qual será a ligação, entre fazer bodas de ouro no casamento, com a cama e a rede?

É que meus avós, há muitos anos, fizeram bodas de ouro. Comemoraram 50 anos de casamento e dele uma extensa prole. E mesmo que não se investigasse o porquê daqueles longos anos sem desfazimento do matrimônio,